Fevereiro 2023

Combustíveis Derivados de Resíduos

A substituição da utilização de combustíveis fósseis

- No âmbito do setor da gestão de resíduos, o coprocessamento representa uma solução segura e ambientalmente vantajosa para vários fluxos de resíduos que, de outra forma, não seriam valorizáveis, permitindo também dar resposta aos refugos dos processos de reciclagem dos resíduos urbanos, que de outra forma dificilmente seriam valorizados;
- A valorização de combustíveis derivados de resíduos (CDR) tem sido uma prioridade para a Indústria Cimenteira (IC), alinhada com as políticas energéticas e ambientais nacionais e europeias, que assentam na procura de fontes de energia primária de natureza não fóssil como os combustíveis alternativos (CA), não recicláveis, com uma fração importante de resíduos de biomassa e consequente redução das emissões de CO_2, o que passará pela minimização da deposição de resíduos em aterro e no cumprimento da hierarquia da gestão de resíduos;
- As metas de 60% de coprocessamento de CA com conteúdo de 30% de biomassa proveniente sobretudo de resíduos, para 2030, e de 90% de CA com conteúdo de 50% de biomassa, para 2050, são fundamentais para a descarbonização do setor e constituem um enorme desafio;
- Do ponto de vista técnico é possível atingir valores de coprocessamento acima dos 90%, como já é o caso de algumas fábricas da IC na UE, desde que exista a disponibilidade destes resíduos não-recicláveis nas quantidades necessárias e com a qualidade adequada;
- Atualmente 50% dos CA consumidos em Portugal são importados por não ser possível a sua produção a nível nacional na quantidade e com a qualidade requeridas e, também, pelo facto de os CA nacionais não serem economicamente competitivos com aqueles agora importados, situação que conviria inverter criando, a nível nacional, as condições e incentivos necessários para uma alteração deste quadro atual.

Policy Asks

- Atuação dos órgãos competentes que desincentive a deposição em aterro de resíduos não-recicláveis com características ideais para coprocessamento, o que poderia passar pelo aumento da taxa de gestão de resíduos (TGR) para a deposição em aterro e por apoios aos investimentos que potenciassem a construção a montante da infraestrutura adequada de separação e tratamento para a produção de CA de qualidade;
- Adotação do objetivo de "zero deposição em aterro" de resíduos não-recicláveis e com potencial de coprocessamento;
- Acesso a fontes de resíduos de biomassa em condições de igualdade com outros setores;
- Consagração da livre circulação de resíduos dentro da UE no cumprimento da legislação vigente e minimização da exportação para fora da UE, de forma a fomentar o seu uso interno em soluções industriais;

Associação Técnica da Indústria de Cimento
Rua Central Park, Edifício 3, N.º 6 –4º C ● 2795-242 Linda-a-Velha
T +351 21 351 08 30 F +351 21 351 08 38 E cimento.atic@atic.pt
www.atic.pt

- Eliminação, em Portugal, da taxa sobre o valor da TGR aplicada ao coprocessamento, o que faria desaparecer um fator de perda de competitividade da indústria nacional face a outros concorrentes europeus, onde não é aplicada e servindo em simultâneo de incentivo à produção de CA por parte dos respetivos produtores[1].

Sobre a ATIC

A ATIC - Associação Técnica da Indústria de Cimento, tem como associadas a CIMPOR e a SECIL. Foi criada na década de 60 para promover uma melhor utilização do cimento, e ao seu cariz técnico e científico acresceram aspetos institucionais e de representação da indústria cimenteira nacional. A Indústria Cimenteira é fundamental para a economia local e nacional com um elevado efeito multiplicador na economia: estima-se que por cada euro de valor acrescentado na fileira de cimento e betão são gerados cerca de 3 euros na economia, efeito particularmente relevante para a economia local dado esta indústria estar sedeada longe dos centros urbanos. O setor emprega, direta e indiretamente, 5.100 pessoas, e as suas exportações representaram 1,8 mil M€ entre 2005 e 2020, contribuindo assim para o equilíbrio da Balança de Pagamentos. Neste período, a indústria procedeu a investimentos significativos - 209M€ - em medidas de redução do impacto ambiental e em Investigação, Desenvolvimento e Inovação (I&D&I) que se materializaram numa redução superior a 14% nas emissões específicas de CO2 por tonelada de cimento desde 1990. Em março de 2021, foi apresentado o Roteiro da Indústria Cimenteira nacional para a Neutralidade Carbónica 2050 no qual estão explícitos o compromisso formal e o alinhamento com as metas de descarbonização e sustentabilidade nacionais estabelecidas no Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050 do Governo Português, em consonância com os princípios do Pacto Ecológico Europeu, o qual reconhece a contribuição da Indústria Cimenteira para uma economia competitiva, sustentável e circular.

[1] É de salientar que, tendo os CA um poder calorífico médio que é cerca de metade daquele do coque de petróleo, a TGR incidirá sobre uma quantidade de combustível que representará o dobro, em peso, do combustível convencional necessário para a mesma quantidade de energia, criando para além da taxa em si, um desincentivo adicional à utilização dos mesmos.

Associação Técnica da Indústria de Cimento
Rua Central Park, Edifício 3, N.º 6 –4º C ● 2795-242 Linda-a-Velha
T +351 21 351 08 30 F +351 21 351 08 38 E cimento.atic@atic.pt
www.atic.pt